

# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ALBERGARIA-A- VELHA 2023-2025**

## **Conteúdo**

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....                                     | 3  |
| DIAGNÓSTICO SOCIAL – Eixos de Intervenção.....      | 5  |
| EIXOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO 2023 - 2025..... | 9  |
| IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO.....                      | 19 |
| CONCLUSÃO.....                                      | 20 |

## INTRODUÇÃO

A atualização do Diagnóstico Social do Município de Albergaria-a-Velha, cujo documento foi aprovado em junho de 2021, permitiu um maior e melhor conhecimento e compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, vulnerabilidades sociais e suas causalidades. Permitiu simultaneamente identificar os recursos e as potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

O trabalho desenvolvido envolve todos os parceiros da Rede Social, numa metodologia participativa e colaborativa, do qual resultou um conjunto de áreas de intervenção. Este referencial apresenta as principais dimensões em análise, constituindo o ponto de partida para a definição de 5 eixos de intervenção que integram o Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

| <b>Dimensões (análise)</b>              | <b>Eixos (intervenção)</b>   |
|---|--|
| Pessoas e sociedade                     | Eixo I- Inclusão e proteção social dos grupos mais vulneráveis                                 |
| Grupos vulneráveis                      |  |
| Habitação, conforto e condições de vida | Eixo II- Desafios demográficos da natalidade, do envelhecimento e da longevidade               |
| Rendimento                              |  |
| Emprego                                 | Eixo III-Direitos e promoção da Igualdade de oportunidades dos diferentes grupos populacionais |
| Educação                                |  |
| Saúde                                   | Eixo IV -Coesão sócio territorial  |
| Equipamentos e ação social              |  |
| Segurança pública                       | Eixo V – Coordenação estratégica da rede e melhoria do conhecimento e capacitação              |
| Informação e comunicação                |  |

Os princípios que norteiam o PDS de Albergaria-a-Velha encontram fundamento nas orientações da Rede Social. Pretende-se um documento estratégico, de definição conjunta e negociada dos objetivos prioritários para o desenvolvimento social local para os próximos três anos.

As prioridades identificadas no Diagnóstico Social, estiveram na base da reflexão e desenvolvimento dos eixos estratégicos que o Município se compromete a seguir de 2023 a 2025, encaixando nas políticas de desenvolvimento municipal vertida nos documentos estratégicos de planeamento do Município, dos quais se destacam: a Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo de Albergaria-a-Velha, o Plano Municipal de Mobilidade Estratégia Local para a Habitação do Município de Albergaria-a-Velha, Estratégia Municipal de Sustentabilidade, Plano Municipal para a Igualdade de Género e não Discriminação, Estratégia Albergaria Empreende+; Albergaria 2030 - Estratégia para o desenvolvimento económico e capital humano, com particular ênfase nas pessoas como fator de crescimento e desenvolvimento do território.

Com uma vigência de três anos, o PDS de Albergaria-a-Velha irá operacionalizar-se através do Plano de Ação que se traduz em programas de intervenção a curto e médio prazo, sendo a responsabilidade pela operacionalização dos objetivos e respetiva execução, das entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS).

O PDS insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às rápidas transformações que ocorrem na sociedade, atuando perante as necessidades do presente e procurando assegurar a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras (sustentabilidade).

Implica planear de forma integrada, tendo em conta todas as dimensões dos problemas a considerar nas soluções, e identificar não só os objetivos a alcançar, mas também dar igual importância às formas de os alcançar, assegurando a participação efetiva de todos implicados ou que por ele possam ser afetados, elencam-se todos os recursos mobilizados ou a mobilizar e a agenda para a implementação, considerando ainda, os fatores de imprevisibilidade social, entre outros desafios.

Neste quadro, será fundamental equacionar ações que permitam, por exemplo:

- i) reforçar o trabalho interdisciplinar e de proximidade junto da população excluída ou em risco de exclusão social;
- ii) incentivar o desenvolvimento de iniciativas de inovação social de promoção e participação da sociedade;

iii) capacitar as entidades de economia social como entidades integradoras e que forneçam respostas e serviços destinados a grupos desfavorecidos.

No entanto, importa ter em consideração o impacto da pandemia, e mais recentemente o conflito Internacional na Europa, no contexto socioeconómico, no emprego, na saúde física e mental, na educação e na condição económica das famílias. É incontornável o agravamento das desigualdades sociais de alguns grupos populacionais, o aumento das migrações e de novos fenómenos de fragilidade humana, que se constituem como desafios da atualidade, presentes em Albergaria-a-Velha, na Região e no País.

É urgente refletir sobre a resposta das entidades locais aos desafios decorrentes destas crises, nomeadamente no apoio social aos grupos mais vulneráveis, numa lógica de complementaridade com as políticas sociais e mecanismos de resposta ao nível do País e da União Europeia.

O presente documento está estruturado em duas partes: uma parte faz uma breve caracterização dos eixos de intervenção, de acordo com as prioridades definidas no diagnóstico social e o segundo versa sobre as estratégias a definir no PDS numa projeção dos próximos três anos.

## DIAGNÓSTICO SOCIAL

O Diagnóstico Social é um instrumento de planeamento que permitiu o conhecimento e a compreensão da realidade social, incluindo a identificação das necessidades e a apreensão dos problemas prioritários, bem como os recursos e as potencialidades locais, num período temporal 2019-21.

Este instrumento foi elaborado de forma participada e fomentou uma consciência coletiva para a identificação e sinalização dos problemas sociais mais evidentes e um maior apelo à ativação dos meios e agentes, bem como a otimização de recursos para a resolução dos mesmos e consequentemente monitorização do desenvolvimento social do concelho.

**Partindo do Diagnóstico Social foram identificadas prioridades.**

---

*Desafios demográficos da natalidade, do envelhecimento e da  
longevidade*

---

- Necessidade de alargamento de horários e serviços da resposta social de Centro de Dia
- Importância de projetos inovadores no âmbito ocupacional para pessoas idosas (Centro de Convívio)
- Insuficiente número de lugares (vagas) nas respostas sociais de Estrutura Residencial para Idosos (considerando a existência e número de candidaturas em listas de espera);
- Necessidade de resposta social ou projeto que garanta que os utentes tenham “Cuidadores Noturnos”;
- Necessidade de resposta na área do combate ao isolamento social e /ou geográfico, destinadas a pessoas integradas em respostas sociais ou não;
- Dificuldade de acesso a consultas, tratamentos, equipamentos sociais, culturais;
- Dificuldade de transporte de utentes para deslocações a consultas e tratamentos;
- Necessidade de assegurar a manutenção e substituição dos equipamentos degradados ou desadequados, ao nível de ajudas técnicas, disponibilizados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social ( IPSS) e Unidade de Cuidados na Comunidade ( UCC).
- Insuficiência dos serviços médicos de proximidade;
- Necessidade de criação e implementação de um banco local de medicamentos.

---

*REDE DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À FAMÍLIA E COMUNIDADE*

---

- Rede de transportes: insuficiente rede de transportes públicos o que dificulta a inserção profissional, o acesso a cuidados de saúde, aos equipamentos culturais, desportivos, bem como outras deslocações para aquisição de bens e serviços essenciais.
- Insuficientes respostas para crianças em idade escolar (mais concretamente na Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior), e sobrelotação das respostas existentes com necessidade de serem criadas respostas diferenciadas.

- Necessidade de ser criado um programa destinado a apoiar os pais (encarregados de educação) e crianças nos processos de transição da Educação pré-escolar para o 1.º ciclo.
- Necessidade de formação do pessoal não docente na área do desenvolvimento infante juvenil, para adequar e melhorar a intervenção com as crianças e jovens, facilitando a sua integração/adaptação escolar, particularmente na transição entre níveis/ciclos.
- Necessidade de criação e implementação de respostas na área da Saúde Mental.
- Ao nível do apoio alimentar considera-se necessário aumentar a quantidade e diversidade de alimentos a distribuir às famílias.
- Necessidade de criação de um Banco Local de Recursos (alimentos e outros bens e produtos).
- Ausência de respostas dirigidas às problemáticas da toxicodependência e alcoolismo (prevenção e reinserção social).
- Falta de respostas dirigidas à adolescência e a necessidade urgente de abordar algumas problemáticas/temáticas como a gravidez precoce, utilização das redes sociais, sexualidade, entre outros temas.

---

### HABITAÇÃO

---

- Escassez de oferta de habitação disponível para arrendamento.
- Necessidade de requalificação de habitações devolutas para posteriormente serem colocadas no mercado de arrendamento, nomeadamente para arrendamento acessível (programas/incentivos para a recuperação urbana).
- Elevado preço das rendas em relação aos rendimentos de muitas das famílias.
- Insuficiente oferta de habitação social particularmente em algumas freguesias.
- Necessidade de reabilitação e adequação das habitações, com vista à melhoria das condições de habitabilidade.

---

### *PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS*

---

- Necessidade de reforço das equipas multidisciplinares de 1ª linha, atuando na prevenção, promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.
- Reforço da capacitação dos técnicos que intervêm nas áreas da Infância e Juventude.

---

### *FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGO*

---

- Dificuldade no acesso, por parte das pessoas com maiores dificuldades financeiras e sem transporte, às ofertas de formação, qualificação e emprego.
- Necessidade de descentralização da oferta formativa pelas freguesias do Concelho.
- Necessidade de divulgação e promoção das estruturas e oferta formativa ao nível da alfabetização (adultos, estrangeiros e jovens NIT).
- Necessidade de adequação da formação às necessidades do mercado de trabalho, sobretudo no redirecionamento profissional de desempregados.
- Reforço da divulgação da oferta formativa/educativa/profissional existente.

---

### *DEFICIÊNCIA*

---

- Necessidade atualização do diagnóstico concelhio na área da deficiência.
- Carência de vagas das respostas sociais de Centro Ocupacional e Lar Residencial.
- Dificuldades de inserção da população com deficiência no mercado de trabalho.
- Necessidade de resposta ocupacional e de promoção da saúde destinada a pessoas com deficiência intelectual ligeira ou moderada.



## EIXOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO 2023 - 2025

O PDS do Município de Albergaria-a-Velha (2023-2025) está estruturado nos cinco eixos estratégicos de intervenção identificados no Diagnóstico Social, os quais se passam a apresentar nos próximos pontos.

Cada um dos eixos estratégicos traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, as medidas/ações prioritárias e as entidades responsáveis são transversais a várias áreas de atuação, pelo que são propostas várias medidas que se complementam entre si e que abrangem os vários segmentos populacionais.

O PDS tem como finalidade orientar as respostas para as necessidades individuais e coletivas da população e das instituições envolvidas, através dos projetos já existentes no território, de novos modelos com vista ao seu alargamento, permitindo uma maior rentabilização dos recursos e, por conseguinte, uma maior abrangência na intervenção.

No contexto atual de crise financeira, económica e social, em que os problemas sociais complexos como desemprego, pobreza, exclusão social e envelhecimento da população, se acentuam, a “governança em rede”, é uma potencialidade, atendendo que promove a cooperação e a inovação, flexibilização e descentralização de projetos, ações e atividades, numa perspetiva de mudança e desenvolvimento social local.

## EIXO 1 - INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS

Este eixo visa promover a inclusão e proteção social de grupos e pessoas cuja autonomia (física, psicológica, financeira, social, etc.) e desenvolvimento pessoal estejam condicionados e vivam expostas a situações de maior vulnerabilidade.

Objetivos gerais:

- Promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade
- Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades da pessoa com deficiência
- Melhorar as condições de saúde da população residente

Para a prossecução destes objetivos foram definidas os seguintes objetivos específicos e respetivas estratégias de intervenção:

| <b>Objetivos específicos</b>  | <b>Medidas / Ações Prioritárias</b>  | <b>Entidades parceiras</b>                 | <b>Calendarização</b> | <b>Metas</b>  |
|---|--|--|-----------------------|---|
| Capacitar e certificar profissionais e comunidade                               | Disponibilizar formação nos domínios da deficiência e saúde especializada e certificada (em especial patologias com maior prevalência em Portugal e em Albergaria-a-Velha) | ARS<br>ACES<br>ISS, IP<br>Município<br>IEF | 2023-2025             | Nº de ações de formação realizadas por ano (pelo menos 2 por ano)<br>Nº de participantes na formação da comunidade (Pelo menos 20 indivíduos)<br>N.º de participantes nas formação, profissionais da área da educação e tecido empresarial (Pelo menos 15 indivíduos) |
| Definir medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da deficiência | Realizar o diagnóstico na área da deficiência intelectual, síndromes raras e patologias neurológicas, referente ao   | ASSOL<br>Estabelecimentos de Ensino        | 2023-2025             | Diagnóstico realizado   |

|  |  |   |           |  |
|--|--|---|-----------|--|
|  | Concelho de Albergaria-a-Velha.  | Município de Albergaria-a-Velha<br>APPACDM    |           |  |
| Qualificar as pessoas com deficiência/ incapacidade ao nível de competências profissionais orientadas para a inserção no mercado de trabalho | Adequar as ações de capacitação profissional já existentes a nível local às características e necessidades da pessoa com deficiência / incapacidade e/ou criar novas ações | IEFP, IP<br>Município<br>ASSOL                | 2023-2025 | Realizar até 3 ações de capacitação;<br>Abranger pelo menos 12 beneficiários.  |
| Aumentar o número de beneficiários de projetos de prevenção e promoção da saúde  | Dinamizar projetos de prevenção da saúde, aumentando a sua capacidade  | Município<br>ACES                             | 2023-2025 | Aumentar em 10% os beneficiários dos projetos desenvolvidos<br>Criar pelo menos 2 projetos novos.  |
| Reforçar e inovar as respostas/serviços já existentes dirigidas a pessoas com deficiência  | Aumentar a capacidade na resposta de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), existente no concelho  | ISS, IP<br>APPACDM                            | 2023-2025 | - Aumento do número de utentes beneficiários da resposta e CACI  |
|  | Manter as medias de inclusão no Campo de férias  | Município<br>IPSS                             | 2023-2025 | Nº de pessoas com deficiência / incapacidade integradas nos Campos de Férias, a realizar pelas entidades locais ( integrar pelo menos 90% das inscrições efetuadas). |
| Aumentar o acesso de famílias / indivíduos em situação de maior vulnerabilidade a bens de primeira necessidade                               | Dar resposta as solicitações apresentadas pelas famílias, depois de avaliadas pelo técnicos do SAAS.   | Município<br>IPSS<br>ISS, IP<br>Grupo Cáritas | 2023-2025 | Garantir a 90% das situações a satisfação ao nível de bens de primeira necessidade.  |

## EIXO 2 - DESAFIOS DEMOGRÁFICOS DA NATALIDADE, DO ENVELHECIMENTO E DA LONGEVIDADE

Com este eixo pretende-se responder, a nível local, aos atuais desafios demográficos da alteração do equilíbrio entre gerações, resultante da diminuição estrutural da natalidade e do aumento da esperança de vida da população.

Na área do envelhecimento deverão ser previstas medidas e ações que permitam a flexibilização das respostas para os diferentes perfis de pessoas mais velhas, quer em contexto comunitário quer institucional, através da promoção da saúde e da sua autonomia. Neste sentido, foram definidos como objetivos gerais:

- Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades das pessoas mais velhas
- Prevenir e combater situações de isolamento social e demográfico
- Garantir uma intervenção concertada no âmbito da Infância e Juventude
- Prevenir e combater situações de risco e/ou perigo de crianças e jovens

Para a prossecução destes objetivos foram definidas os seguintes objetivos específicos e respetivas estratégias de intervenção:

| Objetivos específicos  | Medidas / Ações Prioritárias   | Entidades parceiras            | Calendarização | Metas   |
|--|--|--------------------------------|----------------|---|
| Promover o apoio ao transporte, com vista a garantir o acesso das populações mais vulneráveis a consultas e tratamentos. | Criação de mecanismo que garantam a realização dos transportes, para as populações mais vulneráveis. | Município<br>IPSS<br>Bombeiros | 2023-2025      | Garantir que 90% dos pedidos avaliados são executados.                    |
| Facilitar o acesso à medicação gratuita.   | Adesão ao Programa Abem  | Município<br>Farmácias         | 2023-2025      | Adesão ao Programa.   |
| Adequar as respostas sociais   | Aumentar o número de vagas das   | ISS, IP                        | 2023-2025      | - Apresentação de pelo menos 1 candidatura, com vista ao aumento de vagas |

|   |  |   |           |  |
|---|--|---|-----------|--|
| às necessidades das pessoas idosas e dos seus cuidadores  | resposta social ERPI   | IPSS  |           | para ERPI.   |
| Diminuir a sobrecarga física e psicológica dos cuidadores informais                                       | Criação de Estrutura de acompanhamento e capacitação dos cuidadores informais /Grupo de Ajuda Mútua                        | IPSS<br>ISS, IP<br>ACES                       | 2023-2025 | Criação de uma resposta para acompanhamento /apoio aos cuidadores informais.   |
|   | Assegurar a divulgação do estatuto do Cuidador Informal.   | Segurança Social<br>Município<br>IPSS<br>ACES | 2023-2025 | Realização de pelo menos 1 sessão de esclarecimento por ano, acerca do estatuto do Cuidador Informal, dirigida a técnicos e comunidade em geral. |
| Identificar e mapear as pessoas idosas que se encontram em situação de isolamento social e/ou geográfico  | Criação de uma plataforma/base de dados de geo localização das pessoas idosas com referência aos serviços contratualizados | Município<br>GNR<br>ACES<br>IPSS              | 2023-2025 | - Criação da plataforma/base de dados.   |
| Facilitar pedidos de emergência junto das pessoas idosas em situação de isolamento social e/ou geográfico | Disponibilizar um serviço de teleassistência   | Município                                     | 2023-2025 | - Garantir o serviço a 100% a todos os pedidos realizados em cumprimentos dos requisitos de atribuição.  |
| Estimular e incentivar a ocupação de tempos livres da população mais velha                                | Dinamizar atividades socioculturais e físicas destinados à população idosa   | Município<br>IPSS<br>Juntas de Freguesia      | 2023-2025 | - Identificar as atividades dinamizadas;<br><br>- Garantir o aumento do número de participantes nas diferentes atividades em, 10%.               |
|   | Realizar atividades intergeracionais   | Município<br>IPSS                             | 2023-2025 | Dinamizar pelo menos 3 atividades intergeracionais por ano.  |
| Conhecer a realidade relativa à intervenção realizada no  | Caracterização das situações de risco e/ou perigo sinalizadas no concelho  | CPCJ  | 2023-2025 | - Atualização do Plano Local para Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e  |

|   |  |                              |           |   |
|---|--|------------------------------|-----------|---|
| âmbito da promoção e proteção de crianças e jovens  |  |                              |           | Jovens.<br>- implementar até 95% das atividades constantes no plano.  |
| Qualificar os profissionais, entidades e serviços com intervenção na área da infância e juventude | Divulgar formação junto das Entidades de primeira linha, no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção | ISS, IP<br>CPCJ              | 2023-2025 | - Divulgar pelo menos 5 ações de formação às Entidades de 1.º linha;<br>- Garantir a participação de pelo menos 8 profissionais.. |
| Adequar as respostas existentes às necessidades das crianças e jovens e suas famílias             | Adequar os equipamentos de Creche e berçário, com o aumento de vagas e/ou criação de novas respostas | IPSS<br>ISS, IP              | 2023-2025 | - Apresentar pelo menos 1 candidatura para o aumento de vagas na resposta social de creche.                                       |
|   | Criar respostas diferenciadas para a ocupações dos tempos livres das crianças e jovens               | ISS, IP<br>IPSS<br>Município | 2023-2025 | - Criar pelo menos 3 respostas diferenciadas para a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens.                             |

### EIXO 3 - DIREITOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES DOS DIFERENTES GRUPOS POPULACIONAIS

O Eixo 3 pretende criar condições para garantir direitos e promover a igualdade de oportunidades dos diferentes grupos populacionais, através do reforço de qualificações pessoais, sociais e profissionais, de grupos específicos, como fator de mobilidade social. Desta forma definiu-se como objetivo geral:

- A promoção de medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas mais vulneráveis

Para a prossecução destes objetivos foram definidas os seguintes objetivos específicos e respetivas estratégias de intervenção:

| <b>Objetivos específicos</b>   | <b>Medidas / Ações Prioritárias</b>   | <b>Entidades parceiras</b>   | <b>Calendarização</b> | <b>Metas</b>  |
|--|---|--|-----------------------|---|
| Garantir o acesso das pessoas mais vulneráveis, a emprego e formação   | Garantir a realização de ações de formação descentralizadas pelas freguesias.   | IEFP/ GIP<br>Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha<br>Juntas de Freguesia | 2023-2025             | Nº de ações de formação realizadas por freguesia  |
| Articular com empresas e instituições locais para a criação de postos de trabalho adaptados a grupos específicos | Sensibilização do tecido empresarial e IPSS locais sobre as capacidades e competências das pessoas com deficiência/ incapacidade e de outros grupos específicos | IEFP, IP / GIP<br>ASSOL  | 2023-2025             | - Contactar 10 Entidades, no sentido de sensibilizar para a contratação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.   |
|  | Divulgar junto das empresas do concelho as medidas de apoio ao emprego disponibilizadas pelo IEFP para grupos específicos                                       | IEFP, IP/GIP   | 2023-2025             | - Divulgar as medidas de apoio ao emprego para grupos específicos, ao tecido empresarial do concelho de Albergaria-a-Velha.<br>- N.º de contactos estabelecidos;<br>- Empresas contactadas. |

## EIXO 4 - COESÃO SÓCIO-TERRITORIAL

O Eixo 4 visa atender às necessidades ao nível do edificado, da habitação e diferentes respostas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A Estratégia Local de Habitação do Município será uma oportunidade para atender às situações de habitação indigna, nomeadamente na resolução das situações quer de insalubridade e insegurança, quer nas situações de necessidade de adaptação da habitação a problemas de mobilidade, quer ainda nas situações de sobrelotação da habitação. Desta forma, foram definidos como objetivos gerais:

- Criação, revisão e implementação de políticas locais de habitação, adequadas às características do território e da população
- Dinamizar a Reabilitação Urbana através da reabilitação do edificado degradado

Para a prossecução destes objetivos foram definidas os seguintes objetivos específicos e respetivas estratégias de intervenção:

| <b>Objetivos</b>   | <b>Medidas / Ações Prioritárias</b>   | <b>Entidades parceiras</b>               | <b>Calendarização</b> | <b>Metas</b>   |
|--|---|--|-----------------------|--|
| Implementar a Estratégia Local de Habitação  | Reabilitação das habitações que se encontram em condições de habitabilidade indignas ( recorrendo a candidaturas ao 1.º Direito)                | Município<br>Juntas de Freguesia<br>IHRU | 2023-2025             | - N.º de candidaturas apresentadas ao 1.º direito.                     |
|  | Aumentar o número de fogos disponíveis para a habitação social  | Município<br>IHRU                        | 2023-2025             | - N.º de fogos criados para habitação social.                          |
|  | Desenvolvimento de projetos de habitação para pessoas em situação de vulnerabilidade (sem abrigo, vítimas de violência doméstica, entre outras) | Município<br>IHRU                        | 2023-2025             | N.º de fogos disponibilizados a pessoas em situação de vulnerabilidade |
| Melhorar as condições habitacionais das pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade social | Realização de pequenas obras de melhoria do conforto e adaptação habitacional das pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade.          | Município<br>IHRU                        | 2023-2025             | - N.º de habitações intervencionadas                                   |



## EIXO 5 - COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DA REDE E MELHORIA DO CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO

O Eixo 5 visa promover a alocação eficiente dos recursos, a inovação social e a adequação das respostas às necessidades sociais, e implementar sistemas e plataformas de recolha e disseminação de conhecimento que contribuam para a eficiência e eficácia da rede, bem como a melhoria do funcionamento das organizações da rede, através da partilha de melhores práticas. Foi definido como objetivos geral:

- Aumentar o número de pessoas com qualificações adequadas ao setor social

Para a prossecução destes objetivos foram definidas os seguintes objetivos específicos e respetivas estratégias de intervenção:

| Objetivos   | Medidas / Ações Prioritárias  | Entidades parceiras        | Calendarizaçã<br>o | Metas                                      |
|---|---|----------------------------|--------------------|--|
| Garantir um acompanhamento integrado, concertado e multidisciplinar a famílias e/ou indivíduos em situação de maior vulnerabilidade | Elaboração do Plano para a Integração das Comunidades Ciganas         | Município<br>PRAVE<br>IPSS | 2023-2025          | Realização do documento.                   |
|   | Implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação | Município                  | 2023-2025          | Execução das metas propostas no documento. |
|   | Implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes       | Município<br>PRAVE         | 2023-2025          | Realização do documento.                   |
|   | Dinamização de ações destinadas à promoção                            | ACES                       | 2023-2025          | Execução de uma ação                       |

|   |   |                              |           |   |
|---|---|------------------------------|-----------|---|
|   | da saúde e diminuição dos riscos inerentes à prostituição | PRAVE                        |           | por ano   |
|   | Plano Municipal de Envelhecimento Ativo e Saudável        | Município<br>IPSS            | 2023-2025 | Criação e implementação do Plano                          |
| Identificar e mapear os recursos existentes no concelho no âmbito da intervenção social   | Elaboração da Carta Social do Concelho                    | Município                    | 2023-2025 | Realização do documento.                                  |
| Capacitar e informar os trabalhadores do setor solidário de conhecimentos e competências específicas e especializadas no setor assistencial | Realização de programa de formação                        | IEFP, IP<br>Segurança Social | 2023-2025 | - Apresentação do programa<br>- Nº de pessoas capacitadas |

## IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

O PDS do Município de Albergaria-a-Velha tem a duração de três anos e, como documento estratégico, pode ser reajustado de acordo com as necessidades evidenciadas no decorrer da intervenção, ou quando identificadas outras problemáticas que exijam uma intervenção a curto prazo.

Este documento estratégico servirá de enquadramento e orientação para todas as intervenções de desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho, competindo aos parceiros do CLAS a execução das ações propostas assim como a sua avaliação.

A implementação do PDS assenta no reforço da intervenção em rede que se constitui como fator essencial, sendo fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

O PDS deverá privilegiar a Responsabilidade Partilhada, quer desde a definição das prioridades em consonância com o Diagnóstico Social, quer desde a priorização dos eixos estratégicos do Plano, e, posteriormente na afetação de recursos, concretização e avaliação. Deve-se partir da existência de um compromisso, para que nos Planos de Atividades de cada organização parceira e demais agentes locais, cooperem e complementem as ações, focadas nos interesses do concelho.

Por outro lado, a avaliação do PDS é um processo complexo, com diferentes dimensões, que devem permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da perceção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

Assim, propõe-se a implementação de um sistema de monitorização e avaliação do PDS, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno dos

indicadores definidos, onde é efetuada a monitorização do que efetivamente é executado, permitindo assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS;

A avaliação deverá ser efetuada junto do público-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação, tendo por base um sistema partilhado assente na diversidade na natureza da informação.

## CONCLUSÃO

O PDS resultou de um esforço conjugado de uma linha já existente de parceria constituída por todas as entidades do Conselho Local de Ação Social de Albergaria-a-Velha e de outras entidades extra concelhias cuja atuação é relevante para a Rede Social.

Este documento servirá como uma linha de orientação e apoio, sendo um referencial de base no contributo para o desenvolvimento social, adequado às necessidades identificadas e à evolução sócio demográfica do território.

É um instrumento dinâmico e transversal, cuja flexibilidade permitirá o ajuste às mudanças sociais no contexto.

Como desafio de continuidade, o PDS do Município de Albergaria-a-Velha deverá espelhar o alinhamento destas propostas e ações com o quadro estratégico Municipal, Regional, Nacional e Internacional, concretamente alinhados com os objetivos ao desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.